

Expansão do Ensino Superior Brasileiro e Diversificação do Perfil Discente: elementos para pensar o processo de formação em Serviço Social

Prof.^a Dr.^a Larissa Dahmer Pereira

RESUMO

O artigo objetiva apresentar e problematizar o perfil discente – com ênfase no curso de Serviço Social - que consegue acessar o ensino superior brasileiro, tanto em instituições públicas quanto privadas, associado à expansão mercantilizada desse nível de ensino, especialmente nos anos 1990 e 2000. Com base em análise documental dos Relatórios Síntese de Área – Serviço Social (INEP/MEC, 2004; 2007; 2010; 2013 e 2016), apresentamos o perfil discente do curso de Serviço Social, considerando os seguintes aspectos: (i) sexo, (ii) faixa etária, (iii) autodeclaração quanto à cor, (iv) a origem escolar, (v) escolaridade da mãe, (vi) inserção no mercado de trabalho e (vii) renda familiar. Como achados da pesquisa, constata-se que o perfil do discente de Serviço Social mantém-se majoritariamente feminino, mas vem se alterando quanto aos aspectos socioeconômicos, constatando-se a entrada de um discente cujo perfil é mais empobrecido, o que significa, de certo modo, uma relativa democratização do acesso ao ensino superior. Contudo, esse mesmo discente encontra-se inserido majoritariamente no ensino superior mercantilizado, isto é, em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, mercantis e que se utilizam largamente do EaD. Por fim, destaca-se que, para uma efetiva democratização do ensino superior brasileiro, exige-se frente a esse novo perfil discente, ainda mais radicalmente, políticas públicas de acesso e permanência com qualidade e, sobretudo, a afirmação do ensino superior público, presencial, universitário e de qualidade.

Palavras-chave | Expansão do ensino superior brasileiro. Perfil discente. Formação em Serviço Social.

ABSTRACT

The article aims to present and problematize the student profile - with emphasis on the Social Work course - that is able to access Brazilian higher education, both in public and private institutions, associated with the commercialized expansion of this level of education, especially in the years 1990 and 2000. With (INEP / MEC, 2004, 2007, 2010, 2013 and 2016), we present the student profile of the Social Work course, considering the following aspects: (i) gender, (ii) age group, (iii) self-declaration of color, (iv) schooling, (v) mother's schooling, (vi) insertion in the labor market, and (vii) family income. As research findings, it is verified that the profile of the student of Social Work remains mostly female,

but has been changing regarding the socioeconomic aspects, being verified the entry of a student whose profile is more impoverished, which means, democratization of access to higher education. However, this same student is mainly inserted in the higher education market, that is to say, in Higher Education Institutions (HEIs), private and mercantile, that are widely used in the EaD. Finally, it is worth noting that, for an effective democratization of Brazilian higher education, this new profile is required, even more radically, public policies of access and permanence with quality and, above all, the affirmation of public higher education, face-to-face, university and quality.

Keywords | Expansion of Brazilian higher education. Student Profile. Training in Social Work.

INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior brasileiro ocorreu em três momentos específicos: o primeiro, na década de 1960, com a implantação da ditadura civil-militar no país, que permaneceu no poder por longas duas décadas;¹ o segundo momento, nos anos 1990, marcado por políticas de austeridade fiscal, inspiradas no ideário neoliberal, amplamente difundidas no país, bem como, a mercantilização dos serviços sociais, dentre eles, o ensino superior;² e, num terceiro momento, os anos 2000, quando tivemos um crescimento relativo do setor público, acompanhado também por um crescimento expressivo do setor privado mercantil.³

Deteremos nossa análise – ainda que introdutória – no terceiro momento, visto que foi nos anos 2000 que efetivamente assistimos a uma diversificação – quanto à renda, origem escolar, cor e escolaridade dos pais – do público que consegue acessar as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. Somente nos anos 1990 e, mais significativamente, nos anos 2000, obtivemos o acesso de uma parcela maior da classe trabalhadora ao ensino superior, porém muito aquém do que se possa denominar por massificação e/ou certificação em massa, conforme análise de Ristoff (2014). Nesse sentido, não é demais destacar o caráter histórico e profundamente elitizado do ensino superior brasileiro, o que se relaciona com o padrão rebaixado educacional associado a um desenvolvimento capitalista dependente que, portanto, não exige uma força de trabalho com maior formação.⁴

Outra observação importante se relaciona com o lugar que tais jovens ocupam no ensino superior: os que tentam e conseguem transpor os muros (quase que historicamente intransponíveis) do ensino superior, são alocados majoritariamente em IES privadas, com finalidades mercantis e que se utilizam do Ensino a Distância (EaD) para a certificação de tais jovens. Ou seja, 70% das matrículas no ensino superior brasileiro são atravessadas pela lógica mercantil, ao passo que somente 30% do alunado tem possibilidade de inserção em IES públicas (federais, estaduais e municipais),⁵ que ainda guardam maior qualidade.⁶

Cabe ressaltar ainda que tais estudantes – especialmente aqueles inseridos no setor privado mercantil, que se utiliza do EaD com forte ênfase – dificilmente

¹ Para análise da política educacional no período da ditadura militar, cf. estudos de Germano (2005) e Cunha (1988).

² Cf. livro de Silva Júnior e Sguissardi (2001).

³ Cf. análise de Mancebo, Vale e Martins (2015).

⁴ Sobre a relação entre capitalismo dependente e padrão educacional, vale a leitura do texto de Neves e Pronko (2008). Cf. também coletânea organizada por Motta e Pereira (2017).

⁵ Cf. INEP/MEC (2016), dados do último Censo do Ensino Superior.

⁶ Qualidade especialmente no que diz respeito à produção de pesquisa articulada ao ensino e extensão, além de melhores condições de trabalho docente. Cf. dados do Censo do Ensino Superior (INEP/MEC, 2016).

ocupam postos de trabalho que requisitam a formação para o qual almejam ingressar no mercado de trabalho. Trata-se, pois, aos olhos dos conglomerados empresariais educacionais, mais de um público consumidor da mercadoria educação, do que propriamente aquele que terá no diploma uma promessa de integração ao mercado de trabalho, em um posto com a exigência de qualificação para o qual buscou formação. Assim, a “promessa da empregabilidade” e a ideologia do “capital humano” são reatualizadas, rejuvenescidas sob o manto renovado do discurso pró-“empreendedorismo” e da “teoria do capital social”.⁷

Não é nosso intuito, nesse artigo, um aprofundamento do debate e problematização quanto ao processo de expansão do ensino superior no Brasil, mas demarcar somente que tal expansão, nos anos 2000,⁸ proporcionou efetivamente uma maior diversificação do perfil discente das IES no Brasil. Até então, estudantes brancos, filhos de pais/mães com escolaridade alta e de origem no setor privado da educação básica, vinham ocupando majoritariamente os bancos escolares, especialmente nos cursos considerados de maior prestígio (Medicina, Direito, Engenharias, Psicologia, Comunicação Social) e retorno financeiro das IES mais reconhecidas academicamente, o que inclui as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Destacamos particularmente o estudo de Ristoff (2014), que levantou com base no Questionário ao Estudante, dos ciclos completos do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)⁹ (2004-2009), um perfil do estudante de graduação. Com base em tal estudo, o autor discorre sobre a efetiva, ainda que incipiente, diversificação do perfil do estudante de graduação do ensino superior brasileiro. O mesmo demonstra que o perfil do estudante “mediano” nos cursos mais prestigiados e de difícil concorrência para ingresso (Medicina, Engenharias, Direito, Psicologia e Comunicação Social) – branco, de famílias com maior escolaridade, com origem escolar na rede privada de ensino e de maior renda – se alterou, ainda que com limites. Mas, cabe destacar, o autor demonstra que ocorreu uma maior diversificação socioeconômica desse perfil em todos os cursos que fizeram parte

⁷ Cf. análises profícuas de Frigotto (2001 e 2015), Gentili (2005) e Mota (2008).

⁸ No período dos governos Lula e Dilma houve efetivamente um aumento nas matrículas do setor público e uma maior ampliação do acesso ao ensino superior público, mas, ao mesmo tempo, ocorreu um aumento significativo do setor privado mercantil. Não poderemos discorrer sobre as contradições do período, mas é preciso demarcar as diferenças em relação aos anos 1990, visto que os anos 2000, de um lado, ampliaram o acesso de parcela da classe trabalhadora ao setor público, democratizando/diversificando um pouco o *campus* historicamente branco e elitizado, mas reforçou, também, o poderio do setor privado mercantil, por meio de uma política ampla de crédito e isenções fiscais. Esse período ainda merece ser estudado com maior profundidade, bem como, o impacto de tal diversificação do perfil discente para IES historicamente elitizadas.

⁹ Sobre o ENADE, produzimos um texto que analisa o ENADE no contexto de contrarreforma do ensino superior (PEREIRA, 2010) e, um segundo texto (PEREIRA, 2016), que faz um balanço da área de Serviço Social no ENADE.

da pesquisa e relaciona as políticas de permanência estudantil (PNAES),¹⁰ a Lei de Cotas¹¹ e os Programas REUNI,¹² PROUNI¹³ e FIES¹⁴ como indutores dessa diversificação em cursos historicamente muito elitizados e, mesmo, nos menos procurados/concorridos (como História e Pedagogia). O autor chega, a partir do seu estudo, às seguintes considerações:

[...] em média o campus brasileiro continua significativamente mais branco que a sociedade brasileira. [...] O campus brasileiro como um todo ainda está longe de refletir a nova realidade populacional revelada pelo último Censo do IBGE, na qual, pela primeira vez, pretos e pardos formam o grupo majoritário da população brasileira, com 51%, contra 48% de brancos. [...] Os dados do Questionário Socioeconômico dos dois primeiros ciclos completos do Enade revelam que houve, de 2004 a 2012, em todos os cursos, uma diminuição percentual de estudantes oriundos de famílias de alta renda (mais de 10 salários mínimos). [...] Há uma forte correlação entre os indicadores socioeconômicos. Via de regra, o estudante que tem pai com escolaridade superior vem também de família das duas faixas de renda mais elevadas, frequenta cursos com os mais altos percentuais de brancos e se origina da escola do ensino médio privado. Já no outro extremo, estudantes que não têm pais com

¹⁰ O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado por meio do decreto n. 7234/2010 e tem como finalidade “[...] ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010, p. 01).

¹¹ Criada por meio da lei n. 12.711/2012, mas que teve um longo percurso de polêmicas e questionamentos quanto à sua validade – chegando inclusive a julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) –, especialmente por parte dos estratos sociais mais abastados que historicamente acessaram as IFES. Cf. BRASIL (2012).

¹² O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi criado por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), possibilitou efetivamente o crescimento de vagas – ainda que diminuto, se comparado ao crescimento vertiginoso do setor privado – nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

¹³ O PROUNI foi criado em 2004, com regulamentação em 2005 por meio da lei n. 11.096 (BRASIL, 2005), e oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Em troca, as IES recebem isenção fiscal. Tal Programa, criado pelo MEC, foi bastante criticado pelas entidades que defendem a educação superior pública, como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), vide que o PROUNI isenta de impostos as IES, o que poderia ser revertido para custear mais vagas nas IFES.

¹⁴ O FIES foi criado ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e é um fundo de financiamento a estudantes de baixa renda, que contraem uma dívida para cursar o ensino superior em IES privadas. No governo Lula, o FIES permaneceu, sendo alvo de muitas críticas, especialmente porque favoreceu o crescimento de IES mercantis e, ainda, fortaleceu os conglomerados educacionais, visto que quase 30% de estudantes das IES privadas eram usuários do FIES. Para uma leitura crítica sobre o PROUNI e o FIES, consultar texto de Chaves e Amaral (2016).

escolaridade superior ou com alto rendimento, estudam em cursos com percentuais de brancos muito próximos ao da população brasileira e têm a sua origem escolar no ensino médio público. A origem social e a situação econômica da família do estudante é, sem dúvida, um fator determinante na trajetória do jovem brasileiro pela educação superior e, por isso mesmo, deve estar na base das políticas públicas de inclusão dos grupos historicamente excluídos (RISTOFF, 2014, p. 742-743).

Isto é, ainda que tenha ocorrido uma diversificação do perfil discente associada ao processo de expansão do ensino superior, a mesma ainda não conseguiu alterar efetivamente o cenário do campus brasileiro, que ainda é branco, elitizado e proveniente de famílias de renda mais elevada. Contudo, cabe considerar que, no estudo assinalado, o autor (RISTOFF, 2013) traça uma média do perfil, utilizando-se de dados que não diferenciam o perfil do estudante das IES segundo sua natureza e modalidade. Assim, é fundamental destacar que há diferenças de perfil quando analisamos os dados separados por modalidade de ensino (presencial e EaD), natureza jurídica (IES lucrativas, sem fins lucrativos e IES públicas) e organização acadêmica (IES universitária e não universitária), mas que não foi possível capturá-los nos instrumentos de pesquisa utilizados. Outro documento, o Censo do Ensino Superior brasileiro, apresenta um perfil discente majoritariamente feminino e vinculado à IES privada. Quando se encontra em curso na modalidade de EaD, assim o faz em licenciaturas. No presencial, cursa o bacharelado.

Pode-se verificar que, no que diz respeito ao sexo e à categoria administrativa, mostra-se característico o sexo feminino, bem como o vínculo a uma IES privada, independentemente do vínculo discente ou da modalidade de ensino. No caso do grau acadêmico, aparece distinção quando se considera a modalidade de ensino: nos cursos de graduação presenciais predomina o bacharelado (independentemente do vínculo discente) e nos cursos de graduação a distância mostra-se mais frequente a licenciatura (também independentemente do tipo de vínculo discente). Finalmente, quanto ao turno cursado, predomina o noturno tanto para matrículas quanto para ingressantes e concluintes (INEP/MEC, 2016, p. 40).

A seguir apresentaremos o perfil discente do curso de Serviço Social, possibilitando-nos realizar algumas problematizações referentes ao mesmo e ao processo de formação em Serviço Social.

2. PERFIL DISCENTE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – RELATÓRIOS ENADE (2004 – 2016)

Para a apreensão do perfil discente do curso de Serviço Social, acessamos os relatórios-síntese da área de Serviço Social referentes aos ENADE's realizados nos anos 2004, 2007, 2010, 2013 e 2016. Dos relatórios, destacamos nesse trabalho somente os dados relativos às características dos estudantes, disponíveis no capítulo 6 dos documentos.¹⁵

Colhemos informações sobre (i) sexo, (ii) faixa etária, (iii) autodeclaração quanto à cor, (iv) a origem escolar, (v) escolaridade da mãe, (vi) inserção no mercado de trabalho e (vii) renda.¹⁶ A seguir, apresentamos os dados em tabelas, de forma a comparar e apreender as mudanças em tal perfil ao longo dos anos, problematizando-as em relação aos desafios postos ao processo de formação em Serviço Social.¹⁷

Sexo

A distribuição dos discentes por sexo permanece sendo a historicamente constatada: mais de 90% do curso é do sexo feminino, repetindo-se tal perfil no EaD, conforme o relatório ENADE 2016 nos demonstra.

Tabela 1 - Distribuição dos discentes por sexo

Sexo	Feminino
Relatório ENADE 2004 ¹⁸	Ingressantes: 92,7% Concluintes: 95,5%
Relatório ENADE 2007 ¹⁹	Ingressantes: 88,5%

¹⁵ A estrutura dos relatórios segue o mesmo padrão: Capítulo 1: diretrizes para o ENADO; Capítulo 2: distribuição dos cursos e dos graduandos presentes; Capítulo 3 - análise da prova; Capítulo 4: percepção sobre a prova; Capítulo 5 - distribuição dos conceitos; Capítulo 6 - características dos estudantes. Cf. INEP/MEC (2004; 2007; 2010; 2013; 2016).

¹⁶ Tais informações foram retiradas do capítulo 6, que traz os seguintes dados: perfil do aluno, condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição, sensibilização com relação a temas socialmente relevantes, atividades acadêmicas extraclasse, qualidade do ensino oferecido, nível socioeconômico. Trabalhamos os dados relacionados ao perfil do aluno (cor da pele, faixa etária e sexo) e nível socioeconômico (origem escolar, escolaridade dos pais, inserção no mercado de trabalho e renda).

¹⁷ Cabe destacar que não há uma homogeneidade na forma de apresentação dos dados, o que dificulta a comparação entre os dados informados em cada relatório. Quando não encontramos tal homogeneidade, informamos ao leitor.

¹⁸ Dados retirados da Tabela 1 - Qual o seu sexo? Serviço Social - ENADE 2004 (INEP/MEC, 2004, p. 140).

¹⁹ Dados retirados da Tabela – Sexo - ENADE/2007 - Serviço Social (INEP/MEC, 2007, p. 143).

	Concluintes: 93,7%
Relatório ENADE 2010 ²⁰	Ingressantes: 91,6% Concluintes: 92,2%
Relatório ENADE 2013 ²¹	91,9%
Relatório ENADE 2016 ²²	91,8% (EaD) 92,1% (Presencial)

Fonte: Dados colhidos e organizados pela autora com base nos relatórios ENADE (INEP/MEC, 2004; 2007; 2010; 2013; 2016).

Faixa etária

A faixa etária modal, no relatório 2004, é de até 24 anos. À medida que os anos passam, percebe-se que a faixa etária acima de 35 anos ganha maior relevância. Os relatórios de 2013 e 2016 mostram claramente esse aumento de faixa etária entre os estudantes de Serviço Social, sendo que o último documento já separa a informação entre estudantes de cursos presenciais e os de curso de EaD, o que demonstra a predominância de estudantes mais velhos nessa última modalidade de ensino (mais da metade dos estudantes EaD têm mais de 35 anos), característica do perfil discente dos cursos de EaD de forma geral.

Tabela 2 - Distribuição dos discentes por faixa etária²³

Faixa etária	Até 24 anos	Acima de 35 anos
Relatório ENADE 2004 ²⁴	Ingressantes: 52,1% Concluintes: 37%	Ingressantes: 19,4% Concluintes: 21,6%
Relatório ENADE 2007 ²⁵	Ingressantes: 35,3% Concluintes: 33%	Ingressantes: 28,5% Concluintes: 25%

²⁰Dados retirados da Tabela 6.1 - Distribuição do grupo etário e sexo, segundo Grupo de estudantes (Ingressantes e Concluintes) em % - média e desvio padrão das idades - ENADE/2010 - Serviço Social (INEP/MEC, 2010, p. 95).

²¹Dado retirado da Tabela III.3 - Distribuição dos estudantes que participaram do ENADE/2013, segundo Sexo, segundo Quartos de Desempenho (% da coluna) - ENADE/2013 - Serviço Social (INEP/MEC, 2013, p. 188). No relatório ENADE 2013 não há a informação de sexo por ingressante/concluinte.

²²Somente o relatório ENADE 2016 desagrega as informações por modalidade (presencial X Ensino a Distância - EaD). Os anteriores não apresentam os dados dessa forma. Dados retirados da Tabela 6.1 - Distribuição percentual total de estudantes por Sexo e Modalidade de Ensino de Ensino, segundo o Grupo etário, a Média e o Desvio padrão das idades - Enade/2016 - Serviço Social (INEP/MEC, 2016, p. 133).

²³Inserimos somente as duas faixas etárias com maior frequência, em todos os anos analisados, exceto no relatório 2013 (INEP/MEC, 2013), cuja segunda faixa com maior expressão é a entre 25 e 29 anos, com 21,2%, seguida da faixa de até 24 anos, com 18%.

²⁴Dados retirados da Tabela 2 - Qual a sua idade? Serviço Social - ENADE 2004 (INEP/MEC, 2004, p. 140).

²⁵Dados retirados da Tabela - Idade ENADE/2007 - Serviço Social (INEP/MEC, 2007, p. 143).

Relatório ENADE 2010 ²⁶	Ingressantes: 39,2% Concluintes: 21,7%	Ingressantes: 27,6% Concluintes: 41,5%
Relatório ENADE 2013 ²⁷	18%	42,3%
Relatório ENADE 2016 ²⁸	13% (EaD) 36,1% (Presencial)	50,8% (EaD) 28,5% (Presencial)

Fonte: Dados colhidos e organizados pela autora com base nos relatórios ENADE (INEP/MEC, 2004; 2007; 2010; 2013; 2016).

Cor da pele (autodeclarada)

É interessante perceber como diminuiu a parte dos discentes que se reconhecia como “branca”: em 2004, 60% dos discentes se autodeclaravam “brancos”, percentual que vai se reduzindo a cada ENADE, chegando à média dos 30% no ENADE 2016. Tal dado pode ser relacionado, ao nosso ver, com a Lei de Cotas e, talvez, uma maior consciência relacionada à cor/etnia, o que merece ser estudado.

²⁶ Dados retirados da Tabela III.4 - Distribuição dos estudantes que participaram do Enade/2010, por Idade, segundo Grupo de Estudantes e Quartos Extremos de Desempenho - ENADE/2010 – Serviço Social (INEP/MEC, 2010, p. 163).

²⁷ No relatório ENADE 2013 não há a informação de faixa etária por ingressante/concluinte. Dados retirados da Tabela 6.1 - Distribuição segundo grupo etário (% do total), média e desvio padrão das idades por sexo – ENADE/2013 – Serviço Social (INEP/MEC, 2013, p. 123).

²⁸ Esse é o primeiro relatório ENADE que informa o dado “faixa etária” segundo a modalidade de ensino. Dados retirados da Tabela 6.1 - Distribuição percentual total de estudantes por Sexo e Modalidade de Ensino de Ensino, segundo o Grupo etário, a Média e o Desvio padrão das idades - Enade/2016 - Serviço Social (INEP/MEC, 2016, p. 133).

Tabela 3 – Distribuição dos discentes por cor da pele (autodeclarada)

Como você se considera? ²⁹	Branco(a)	Pardo(a)/mulato(a)	Negro(a)
Relatório ENADE 2004 ³⁰	Ingressantes: 57,7% Concluintes: 60%	Ingressantes: 29,1% Concluintes: 28,7%	Ingressantes: 9,5% Concluintes: 7,3%
Relatório ENADE 2007 ³¹	Ingressantes: 47,6% Concluintes: 56,6%	Ingressantes: 37,1% Concluintes: 29,4%	Ingressantes: 9,6% Concluintes: 10,4%
Relatório ENADE 2010 ³²	Ingressantes: 44,8% Concluintes: 49,3%	Ingressantes: 40,1% Concluintes: 38,9%	Ingressantes: 12,6% Concluintes: 9,4%
Relatório ENADE 2013 ³³	35% (Masculino) 40,7% (Feminino)	45,6% (Masculino) 43,9% (Feminino)	17,2% (Masculino) 13,1% (Feminino)
Relatório ENADE 2016 ³⁴	30,6% (Masculino) 32,9% (Feminino)	44,3% (Masculino) 47,6% (Feminino)	19,9% (Masculino) 14,9% (Feminino)

Fonte: Dados colhidos e organizados pela autora com base nos relatórios ENADE (INEP/MEC, 2004; 2007; 2010; 2013; 2016).

Origem escolar (ensino médio)

Outro dado importante refere-se à participação dos discentes que cursaram o ensino médio todo em escola pública: de uma média de 55% (dentre ingressantes e concluintes), em 2004, para cerca de 80%, em 2016, um aumento significativo, que mais uma vez se relaciona com a Lei de Cotas e exige das IES políticas efetivas de permanência para o corpo estudantil, que vem visivelmente modificando seu perfil socioeconômico.

²⁹ A fim de evitar a extensão do artigo, inserimos somente os dados que apresentam maior relevância, isto é, com maior peso percentual na tabela. Desse modo, os percentuais não somarão 100%. Há ainda as opções “amarela”, “indígena” e “não quero declarar/sem informação”, que tiveram menor participação percentual.

³⁰ Dados retirados da Tabela 7 - Como você se considera? (questão 4) Serviço Social - ENADE 2004 (INEP/MEC, 2004, p. 142).

³¹ Dados retirados da Tabela 6.1 - Relato dos alunos ingressantes e concluintes quanto à sua etnia ENADE/2007 – Serviço Social (INEP/MEC, 2007, p. 99).

³² Dados retirados da Tabela 6.2 - Distribuição da cor/etnia, segundo Grupo de estudantes (Ingressantes e Concluintes) - ENADE/2010 – Serviço Social (INEP/MEC, 2010, p. 95).

³³ Dados retirados da Tabela III.6 - Distribuição das respostas dos estudantes à questão 2 (Como você se considera?), por Sexo dos Estudantes e Quartos de Desempenho (% da coluna) - ENADE/2013 - Serviço Social (INEP/MEC, 2013, p. 190). No relatório ENADE 2013 não há a informação de cor da pele por ingressante/concluinte, somente por sexo.

³⁴ Dados retirados da Tabela III.6 - Distribuição das respostas dos estudantes à questão 2 (Como você se considera?), por Sexo dos Estudantes e Quartos de Desempenho (% da coluna) - Enade/2016 - Serviço Social (INEP/MEC, 2016, p. 220).

Tabela 4 – Distribuição dos discentes de acordo com origem escolar (nível médio)³⁵

Ensino Médio	Todo em escola pública	Todo em escola privada (particular)
Relatório ENADE 2004 ³⁶	Ingressantes: 60,1% Concluintes: 54,3%	Ingressantes: 19,5% Concluintes: 24,3%
Relatório ENADE 2007 ³⁷	Ingressantes: 70,8% Concluintes: 61,2%	Ingressantes: 12,8% Concluintes: 23,3%
Relatório ENADE 2010 ³⁸	Ingressantes: 74,9% Concluintes: 72,2%	Ingressantes: 12,8% Concluintes: 14,2%
Relatório ENADE 2013 ³⁹	81,1% (Masculino) 75,7% (Feminino)	7% (Masculino) 12% (Feminino)
Relatório ENADE 2016 ⁴⁰	82,1% (Masculino) 80% (Feminino)	8,4% (Masculino) 10,1% (Feminino)

Fonte: Dados colhidos e organizados pela autora com base nos relatórios ENADE (INEP/MEC, 2004; 2007; 2010; 2013; 2016)

Escolaridade da mãe

A escolaridade da mãe expressa também o acesso de uma parcela da classe trabalhadora mais empobrecida e que não teve acesso à educação como direito. De 2004 a 2016, apreende-se que as mães com ensino superior vão reduzindo sua participação, enquanto aquelas sem escolaridade aumentam sua expressividade.

De forma geral, tanto entre ingressantes quanto concluintes, a escolaridade modal das mães é o ensino fundamental (mais de 50%, em todos os anos analisados). Chama atenção, no relatório 2016, que desagrega pela primeira

³⁵ A fim de evitar a extensão do artigo, inserimos somente os dados que apresentam maior relevância, isto é, com maior peso percentual na tabela. Desse modo, os percentuais não somarão 100%.

³⁶ Dados retirados da tabela 16 - Em que tipo de escola você cursou o ensino médio? (questão 13) Serviço Social - ENADE 2004 (INEP/MEC, 2004, p. 145).

³⁷ Dados retirados da tabela 6.5 - Tipo de escola cursada no o ensino médio e tipo de instituição cursada no ensino superior por ingressantes e concluintes – ENADE/2007 – Serviço Social (INEP/MEC, 2007, p. 102).

³⁸ Dados retirados da tabela 6.8 - Distribuição do tipo de escola cursada no Ensino Médio, segundo Categoria Administrativa da instituição sendo frequentada no Ensino Superior e Grupo de estudantes (Ingressantes e Concluintes) – ENADE/2010 – Serviço Social (INEP/MEC, 2010, p. 99).

³⁹ No Relatório 2013, não há a informação distribuída por ingressantes e concluintes, mas somente por sexo. Dados retirados da Tabela III.20 - Distribuição das respostas dos estudantes à questão 16 (Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?), por Sexo dos Estudantes e Quartos de Desempenho (% da coluna) - ENADE/2013 - Serviço Social (INEP/MEC, 2013, p. 204).

⁴⁰ No Relatório 2016, não há a informação distribuída por ingressantes e concluintes, mas somente por sexo. Dados retirados da Tabela III.21 - Distribuição das respostas dos estudantes à questão 17 (Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?), por Sexo dos Estudantes e Quartos de Desempenho (% da coluna) - Enade/2016 - Serviço Social (INEP/MEC, 2016, p. 234).

vez as informações sobre estudantes EaD e presenciais, o percentual de mães sem escolaridade (14,2%, mães de estudantes EaD).

Tabela 5 - Escolaridade da mãe

Escolaridade da mãe	Ensino Superior (Graduação)	Ensino Médio	Ensino Fundamental (completo/incompleto)	Sem escolaridade
Relatório ENADE 2004 ⁴¹	Ingressantes: 11,5% Concluintes: 12,2%	Ingressantes: 26,4% Concluintes: 27,8%	Ingressantes: 53,8% Concluintes: 52,2%	Ingressantes: 7,3% Concluintes: 6,2%
Relatório ENADE 2007 ⁴²	Ingressantes: 8,5% Concluintes: 13,2%	Ingressantes: 22,2% Concluintes: 27,7%	Ingressantes: 56,5% Concluintes: 51,5%	Ingressantes: 11,8% Concluintes: 6,3%
Relatório ENADE 2010 ⁴³	Ingressantes: 7% Concluintes: 7%	Ingressantes: 25,6% Concluintes: 22,6%	Ingressantes: 53,6% Concluintes: 55,4%	Ingressantes: 10,6% Concluintes: 11,6%
Relatório ENADE 2013 ⁴⁴	6,5%	23%	55,2%	11,7%
Relatório ENADE 2016 ⁴⁵	4,5% (EaD) 7,6% (Presencial)	18,8% (EaD) 28% (Presencial)	60,2% (EaD) 51,6% (Presencial)	14,2% (EaD) 9,4% (Presencial)

Fonte: Dados colhidos e organizados pela autora com base nos relatórios ENADE (INEP/MEC, 2004; 2007; 2010; 2013; 2016)

Trabalho

Sobre a inserção no mercado de trabalho, do Relatório 2004 até o de 2016, a maioria, dentre ingressantes e concluintes, trabalhava, variando entre receber ajuda da família, se sustentar, contribuir com o sustento da família e/ou ser o

⁴¹ Dados retirados da Tabela 15 - Qual o grau de escolaridade de sua mãe? (questão 12) - Serviço Social - ENADE 2004 (INEP/MEC, 2004, p.144).

⁴² Dados retirados da Tabela: Qual o grau de escolaridade da sua mãe? (questão 12) ENADE/2007 - Serviço Social (INEP/MEC, 2007, p.148).

⁴³ Dados retirados da Tabela 6.6 - Distribuição do grau de escolaridade da mãe, segundo Grupo de estudantes (Ingressantes e Concluintes) - ENADE/2010 - Serviço Social (INEP/MEC, 2010, p.98).

⁴⁴ Dados retirados da Tabela 6.6 - Distribuição por sexo de estudantes, segundo o grau de escolaridade da mãe (% do total) - ENADE/2013 - Serviço Social (INEP/MEC, 2013, p.126). Colhemos somente o dado geral, sem a divisão por sexo. O relatório 2013 não apresenta o dado por grupo de estudantes (ingressantes x concluintes).

⁴⁵ Dados retirados da Tabela 6.7 - Distribuição percentual do total de estudantes por Sexo e Modalidade de Ensino, segundo o Grau de escolaridade da mãe - Enade/2016 - Serviço Social (INEP/MEC, 2016, p.137).

principal responsável pelo sustento da família. O percentual daqueles que se encontravam na situação de não trabalhar e ter os gastos financiados pela família manteve-se na média de 30% dos discentes e reduziu-se nos relatórios 2013 e 2016, para uma média de 25%. No último relatório, de 2016, a diferença da situação entre discentes de EaD e de cursos presenciais ultrapassa os 13%, com a maior parte de estudantes de cursos presenciais sendo sustentados pela família (36%), se comparado aos estudantes de cursos EaD (23%).

Tabela 6 - Inserção no mercado de trabalho⁴⁶

Trabalho	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família	Trabalho e recebo ajuda da família	Trabalho e me sustento	Trabalho e contribuo com o sustento da família	Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família
Relatório ENADE 2004 ⁴⁷	Ingressantes: 36,9% Concluintes: 33,3%	Ingressantes: 25,5% Concluintes: 29,7%	Ingressantes: 8,7% Concluintes: 9,8%	Ingressantes: 21,7% Concluintes: 20,3%	Ingressantes: 5,9% Concluintes: 5,4%
Relatório ENADE 2007 ⁴⁸	Ingressantes: 28,6% Concluintes: 31,5%	Ingressantes: 23% Concluintes: 30,1%	Ingressantes: 13,6% Concluintes: 11,5%	Ingressantes: 26,4% Concluintes: 21,2%	Ingressantes: 8% Concluintes: 4,8%
Relatório ENADE 2010 ⁴⁹	Ingressantes: 33,9% Concluintes: 26,2%	Ingressantes: 28,2% Concluintes: 28,6%	Ingressantes: 9,9% Concluintes: 13,2%	Ingressantes: 21,6% Concluintes: 25%	Ingressantes: 6,4% Concluintes: 7%
Relatório ENADE 2013 ⁵⁰	26%	24,1%	10,4%	27,4%	9%
Relatório ENADE 2016	23,7% (EaD) 36,4% (Presencial)	20,5% (EaD) 20,5% (Presencial)	9,9% (EaD) 5,7% (Presencial)	31,5% (EaD) 19,8% (Presencial)	12,1% (EaD) 7,8% (Presencial)

⁴⁶ Não inserimos a opção “SI – Sem informação”, que não completa 1%.

⁴⁷ Dados retirados da Tabela 11 - Qual a situação abaixo que melhor descreve seu caso? (questão 8) - Serviço Social - ENADE 2004 (INEP/MEC, 2004, p. 143).

⁴⁸ Dados retirados da Tabela 6.3 - Situação no mercado de trabalho e contribuição para seu próprio sustento de alunos ingressantes e concluintes – ENADE/2007 – Serviço Social (INEP/MEC, 2007, p. 101).

⁴⁹ Dados retirados da Tabela 6.4 - Distribuição da situação com respeito à renda e ao sustento, segundo Grupo de estudantes (Ingressantes e Concluintes) – ENADE/2010 – Serviço Social (INEP/MEC, 2010, p. 97).

⁵⁰ O relatório ENADE 2013 não apresenta os dados segundo grupo de estudantes, mas por sexo. Há uma informação a mais, que não aparece nos relatórios anteriores: “Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais”, equivalente a 3%. Dados retirados da Tabela 6.4 - Distribuição segundo a situação com respeito à existência de renda e sustento, por sexo dos estudantes (% do total) – ENADE/2013 – Serviço Social (INEP/MEC, 2013, p. 125).

Fonte: Dados colhidos e organizados pela autora com base nos relatórios ENADE (INEP/MEC, 2004; 2007; 2010; 2013; 2016)

Renda familiar

A renda familiar dos discentes, predominante, é de 3 a 10 salários-mínimos, em 2004, o que se modifica em 2007, quando a renda predominante vai até 3 salários mínimos. Em 2010, 2013 e 2016, a faixa de renda modal permanece até 3 salários mínimos, demonstrando que, desde 2010, a entrada de discentes inseridos em família de menor renda passa a ser o perfil predominante. Um aspecto a se destacar, em 2016, é que a faixa de renda familiar dos discentes de cursos de EaD é ligeiramente superior aos discentes dos cursos presenciais, provavelmente porque são discentes que trabalham e estudam, sendo também mais velhos.

Tabela 7 – Renda familiar

Renda familiar	Até 3 salários mínimos	De 3 a 10 salários-mínimos	De 10 a 20 salários-mínimos
Relatório ENADE 2004 ⁵¹	Ingressantes: 36,5% Concluintes: 27,6%	Ingressantes: 50,7% Concluintes: 54,9%	Ingressantes: 8,1% Concluintes: 11,8%
Relatório ENADE 2007 ⁵²	Ingressantes: 62,6% Concluintes: 43,7%	Ingressantes: 29,2% Concluintes: 44,4%	Ingressantes: 5,8% Concluintes: 8,9%
Relatório ENADE 2010 ⁵³	Ingressantes: 62,9% Concluintes: 51,3% ⁵⁴	Ingressantes: 34,6% ⁵⁵ Concluintes: 44,6%	Ingressantes: 2,3%

⁵¹ Dados retirados da Tabela 9 - Qual a faixa de renda mensal das pessoas que moram em sua casa? (questão 6) - Serviço Social - ENADE 2004 (INEP/MEC, 2004, p. 142).

⁵² Dados retirados da Tabela 6.2 - Faixa de renda mensal declarada pelos alunos ingressantes e concluintes - ENADE/2007 – Serviço Social (INEP/MEC, 2007, p. 100).

⁵³ O relatório de 2010 insere várias faixas de renda, diferente dos relatórios anteriores. Dados retirados da Tabela 6.3 - Distribuição da faixa de renda mensal familiar, segundo Grupo de estudantes (Ingressantes e Concluintes) - ENADE/2010 – Serviço Social (INEP/MEC, 2010, p. 96).

⁵⁴ Somamos, para contabilizar os percentuais de ingressantes e concluintes, as faixas de renda “nenhuma”, “até 1,5 s.m.” e a faixa de renda de 1,5 a 3 s.m..

⁵⁵ Somamos, para contabilizar os percentuais de ingressantes e concluintes, as faixas de renda “acima de 3 até 4,5 salários mínimos”; acima de 4,5 até 6 salários mínimos e “acima de 6 até 10 salários mínimos”.

			Concluintes: 3,7% ⁵⁶
Relatório ENADE 2013 ⁵⁷	66,2%	31,3%	2,3% ⁵⁸
Relatório ENADE 2016 ⁵⁹	70,6% (EaD) 72,4% (Presencial) ⁶⁰	27,9% (EaD) 26,1% (Presencial) ⁶¹	1,3% (EaD) 1,3% (Presencial) ⁶²

Fonte: Dados colhidos e organizados pela autora com base nos relatórios ENADE (INEP/MEC, 2004; 2007; 2010; 2013; 2016)

CONSIDERAÇÕES

O levantamento dos dados relativos à sexo, faixa etária, autodeclaração quanto à cor, origem escolar, escolaridade da mãe, trabalho e renda familiar nos revelou um processo importante de diversificação do perfil discente de Serviço Social. Ainda que o curso tenha historicamente o ingresso de estudantes oriundos de famílias de camadas sociais mais pobres e, ainda, com um público composto de estudantes trabalhadores, pardos e pretos, é interessante perceber como, com base nos dados apresentados, houve uma diversificação ainda maior entre os anos de 2004 e 2016:

- (i) ampliou-se o percentual de negros (pretos e pardos) e reduziu-se de 60% (ENADE 2004) para 30% (ENADE 2016) aqueles que se reconheciam como brancos, o que se relaciona com as políticas de ação afirmativa, mas também ao adensamento da questão racial na

⁵⁶ No Relatório 2010, inexistiu a opção de 10 a 20 salários mínimos. Há somente a opção “acima de 10 até 30 salários mínimos”, dados que incluímos nessa coluna.

⁵⁷ O relatório ENADE 2013 não apresenta os dados segundo grupo de estudantes, mas por sexo. Inserimos o dado geral, sem a divisão por sexo. Dados retirados da Tabela 6.3 - Distribuição por sexo, segundo a faixa de renda mensal familiar dos estudantes – ENADE/2013 – Serviço Social (INEP/MEC, 2013, p. 124).

⁵⁸ No Relatório 2013, inexistiu a opção de 10 a 20 salários mínimos. Há somente a opção “acima de 10 até 30 salários mínimos”, dados que incluímos nessa coluna.

⁵⁹ O relatório ENADE 2016 não apresenta os dados segundo grupo de estudantes, mas por modalidade de ensino (EAD x Presencial). Dados retirados da Tabela 6.4 - Distribuição percentual do total de estudantes por Sexo e Modalidade de Ensino, segundo a Faixa de renda mensal familiar - Enade/2016 - Serviço Social (INEP/MEC, 2016, p. 135).

⁶⁰ Somamos as faixas de renda “até 1,5 s.m.” e a faixa de renda “de 1,5 a 3 s.m.”.

⁶¹ Somamos as faixas de renda “de 3 a 4,5 salários mínimos”; “de 4,5 a 6 salários mínimos” e “de 6 a 10 salários mínimos”.

⁶² No Relatório 2016, inexistiu a opção de 10 a 20 salários mínimos. Há somente a opção “acima de 10 até 30 salários mínimos”, dados que incluímos nessa coluna.

sociedade e, também, no próprio processo formativo dos assistentes sociais;

- (ii) a faixa etária modal era de 24 anos (ENADE 2004) e ampliou-se para acima de 35 anos, ganhando maior relevância nos relatórios seguintes. Uma explicação para tal aumento de faixa etária relaciona-se a nosso ver com a criação de cursos de EaD em nossa área (que atraem um público mais velho) e, ainda, para as políticas de financiamento estudantil e de bolsas, no ensino presencial, atraindo um público que ainda não tinha tido condições de cursar o ensino superior;
- (iii) a origem em escola pública – que saltou de 55% (2004) para 80% (2016) chamou-nos especialmente a atenção, o que se relaciona substancialmente com o impacto trazido pela Lei de Cotas;
- (iv) de forma geral, tanto entre ingressantes quanto concluintes, a escolaridade modal das mães é o ensino fundamental e expressa o acesso de uma parcela da classe trabalhadora mais empobrecida e que não teve acesso à educação como direito. Cabe destacar que, de 2004 a 2016, as mães com ensino superior vão reduzindo sua participação, enquanto aquelas sem escolaridade aumentam sua expressividade;
- (v) não houve uma mudança significativa quanto à inserção no mercado de trabalho: do Relatório 2004 até o de 2016, a maioria (cerca de 70%), dentre ingressantes e concluintes, trabalhava, variando entre receber ajuda da família, se sustentar, contribuir com o sustento da família e/ou ser o principal responsável pelo sustento da família;
- (vi) por último, apreende-se que a renda familiar dos discentes reduziu-se: se em 2004 a renda predominante era de 3 a 10 salários-mínimos, a faixa de renda modal, nos relatórios seguintes e, especialmente desde 2010, permanece até 3 salários mínimos.

Tal diversificação – que possibilitou o ingresso de estudantes mais pobres no ensino superior – significa a nosso ver uma relativa democratização, visto que a maior parte desses estudantes encontra-se inserida nos cursos presenciais privados mercantis e nos cursos ofertados na modalidade de EaD.⁶³ Isto é, não acessam o que há de melhor qualidade no ensino superior brasileiro: as IFES e IES estaduais e IES privadas comunitárias/confessionais, onde ainda se preza pela realização de pesquisa, extensão e ensino, além de melhores condições de trabalho docente.

Por outro lado, a Lei de Cotas efetivamente trouxe para as IFES um público mais empobrecido e negro, democratizando relativamente o acesso ao ensino

⁶³ Cabe lembrar ao leitor que os dados disponíveis nos relatórios ENADE não são apresentados de forma desagregada quanto à natureza jurídica da IES e, também, modalidade de ensino. Somente o relatório 2016 traz os dados distribuídos por modalidade de ensino.

superior público, o que é de extrema relevância. Dessa forma, destacamos que, no contexto de avanço do processo de mercantilização do ensino superior brasileiro e de precarização do ensino superior público,⁶⁴ temos o enorme desafio – enquanto docentes, gestores e movimentos estudantil e de docentes – de garantir a permanência de tais estudantes, com qualidade e condições de moradia, estudo, alimentação e transporte, para que a Universidade Pública brasileira seja de fato democrática, o que envolve um esforço coletivo de lutas e também de organização da instituição⁶⁵ para acolher tais estudantes em uma instituição histórica e profundamente elitista.

Referências

BRASIL. *Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

_____. *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

_____. *Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

_____. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em 03 de março de 2019.

⁶⁴ O que se agiganta no governo atual de Jair Bolsonaro, que anunciou cortes da ordem de 30% nas IFES e, também, na educação básica federal e, ainda, ataca o ensino superior público, acusando as IFES de realização de “balbúrdias”. Cf. matéria: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-alunos-de-universidades-federais-fazem-campanha-contracorte-de-verba-pelo-mec-23637554>

⁶⁵ O que envolve pensar a organização da instituição *para os estudantes* e não a mera adequação dos estudantes à instituição. Tal demanda exige pensar desde os horários de funcionamento da IES até os serviços que a mesma oferece, pensando em um público de estudantes cuja centralidade é a condição de trabalhadores e, ainda, a questão de gênero, de estudantes que se tornam mães e não têm condições de continuar o curso, além da dimensão territorial, que envolve discentes residentes nas periferias, assoberbados pela questão da violência urbana e com dificuldades ímpares de mobilidade.

_____. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.* Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf Acesso em 03 de março de 2019.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de expansão da educação superior no Brasil - o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. In: *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 49-72, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000400049&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 de março de 2019.

CUNHA, L. A. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. In: *Revista Trabalho Necessário*, ano 13, número 20 – 2015. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619> Acesso em 10 de março de 2019.

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: *Capitalismo, trabalho e educação*. José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice (orgs.). – 3. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. Coleção educação contemporânea.

GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (INEP/MEC). *Censo da Educação Superior 2016 – Resumo Técnico*. Brasília: INEP/MEC, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em 09 de março de 2019.

_____. Relatórios de Área do ENADE – Serviço Social. 2004, 2007, 2010, 2013, 2016. Disponível em <http://inep.gov.br/relatorios> Acesso em 07 de janeiro de 2019.

JORNAL O GLOBO (*online*). Professores e alunos de universidades federais fazem campanha contra corte de verba pelo MEC - Reação contra bloqueio do MEC e declarações do ministro da Educação se espalham pelos campi e pelas redes sociais. Por Luciano Ferreira (02/05/2019). Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-alunos-de-universidades-federais-fazem-campanha-contracorte-de-verba-pelo-mec-23637554> Acesso em 07 de maio de 2019.

MANCIBO, D.; VALE, A. A. do; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, pp. 31-50, jan./mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf> Acesso em 03 de março de 2019.

MOTTA, V. C. da. Ideologia do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. In: *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 6, nº 3, 2008. <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r225.pdf> Acesso em 03 de março de 2019.

MOTTA, V. C. da; PEREIRA, L. D. *Educação e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2008. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/140.pdf> Acesso em 11 de março de 2019.

PEREIRA, L. D. Enade no contexto de contrarreforma do ensino superior: reflexões para o Serviço Social. *Temporalis*, [S.l.], v. 10, n. 20, p. 137-165, ago. 2012. ISSN 2238-1856. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3451> Acesso em 07 de março de 2019.

_____. Enade no curso de Serviço Social: análise dos relatórios 2004-2013. *Temporalis*, [S.l.], v. 16, n. 31, p. 37-78, fev. 2017. ISSN 2238-1856. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12331> Acesso em 07 março de 2019.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. In: *Avaliação* (Campinas), Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, Nov. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010&lng=en&nrm=iso Acesso em 03 de março de 2019.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-Ifan, 2001.

ⁱ Assistente social. Doutora em Serviço Social (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e Pós-Doutora em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRJ). Coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão Trabalho, Educação e Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional – PPGSSDR/UFF. Autora de livros e artigos sobre Educação, Ensino Superior e Formação em Serviço Social. Contato: larissadahmer@hotmail.com